



APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 terminou sob a vigência da reforma trabalhista e de seus primeiros impactos no mercado de trabalho. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam redução da taxa de desemprego pelo aumento da precarização do mercado de trabalho: aumento do emprego sem carteira assinada e dos “conta-próprias” e redução do emprego com carteira assinada. Em meio a isso, começam a se multiplicar os casos em que o caráter classista da reforma trabalhista do governo Temer se escancara, como as recentes decisões da Justiça do Trabalho contra trabalhadores feridos em seus direitos, obrigados a indenizar seus antigos empregadores, ou a decisão da Universidade Estácio de Sá, que recentemente anunciou a demissão de 1.200 professores que serão recontratados já sob as novas modalidades de trabalho regulamentadas nesta última reforma.

Em outro *front*, a reforma da previdência segue com sua tramitação interrompida, por força das lutas populares, mas também do esgarçamento da base aliada de Temer na Câmara dos Deputados, que teme (com a força do trocadilho) não se reeleger em 2018 caso aprove mais esta pilhagem aos direitos dos trabalhadores. Talvez seja possível, em meio a tantas derrotas recentes, contabilizar a interdição da votação ainda em dezembro de 2017 como uma pequena vitória, mas não é possível ainda respirar com alívio. Em primeiro lugar, porque o projeto segue, neste ano que entra, como pauta prioritária, e o governo mantém,

escancarando a já precária farsa democrática presente, o plano de só colocá-lo em votação quando sua vitória estiver consumada pela lógica da troca de favores entre partidos e políticos. Mas também, e especialmente, porque o processo de resistência popular mostrou também as contradições e fissuras internas da classe trabalhadora, evidenciadas particularmente na dificuldade em construir uma pretendida greve geral. Com as forças renovadas pela virada de ano, a hora é de construir esforços de mobilização contra esse e todos os outros projetos de ataque aos direitos dos trabalhadores e ao patrimônio público em tramitação, para que os ventos de 2018 nos sejam mais favoráveis.

É um fato comemorado por todos que conhecem a Revista da SEP que prezamos pela liberdade de posições no campo crítico e pelo debate franco e fraterno. Por isto, esta edição é aberta com um debate sobre a categoria superexploração do trabalho, comum à Teoria Marxista da Dependência. No artigo “Reflexões teórico-metodológicas sobre uma pretensa formalização da superexploração do trabalho”, Rodrigo Straessli Pinto Franklin faz uma crítica à formalização da categoria superexploração oferecida por Carlos Eduardo Martins em artigo publicado pela Revista da SEP em 1999. O artigo de Franklin é imediatamente seguido pela réplica que oferecemos a Carlos Eduardo Martins, intitulado “Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração do trabalho”.

No terceiro artigo, intitulado “Desenvolvimentismo transformador”, Niemeyer Almeida Filho apresenta sua contribuição ao debate sobre o desenvolvimentismo no Brasil, particularmente ao que propõe um desenvolvimentismo com transformação social.

Em “Mercado, planificação e socialismo”, Renildo Souza e Paulo Balanco oferecem uma reflexão a respeito do papel do mercado e da planificação na transição para sociedades socialistas, a partir das categorias de socialismo de mercado, socialismo com mercado e mercado socializado.

O quinto artigo desta edição tem como objeto a regionalização econômica no âmbito do Mercosul. Em “Integração produtiva em processos de regionalização econômica: o Mercosul em questão”, Hoyêdo Nunes Lins discute as possibilidades (e os limites) de uma integração produtiva sob perfis produtivos distintos e infraestrutura deficiente entre os países que compõem o bloco.

No sexto artigo, intitulado “Oferta, demanda e tendência do preço internacional do petróleo: uma interpretação à luz da abordagem clássica do excedente”, Simone Fioritti Silva discute o processo de formação de preços do petróleo sob a abordagem clássica do excedente, rejeitando interpretações usuais de que o petróleo é escasso, ou de que exista um excesso de demanda mundial – e, portanto, outros elementos (oferecidos pela abordagem clássica do excedente) devem explicar a trajetória dos preços desta *commodity*.

A edição é encerrada com a resenha do livro “O capital no século XXI”, de Thomas Piketty, escrita por Maurício Rebello e Gustavo Giora.

O Comitê Editorial reitera os agradecimentos às instituições que deram apoio financeiro à realização do XXII Encontro Nacional de Economia Política, em junho de 2017 na cidade de Campinas (SP): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Comitê Editorial